

MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO
NORTE

Avenida Nilo Peçanha, nº 259 - Bairro Petrópolis
Natal-RN, CEP 59012-310
- <http://mejc.ebserh.gov.br>

Contrato - SEI nº 50/2019

Processo nº 23528.015086/2019-40

Unidade Gestora: [MEJC]

CONTRATO Nº 50/2019 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE LOCAÇÃO DE CENTRAIS DE GASES MEDICINAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH, FILIAL MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO E A EMPRESA CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS, NOS TERMOS DA LICITAÇÃO ELETRÔNICA Nº 07/2019, PARA O FIM QUE ESPECÍFICA.

CONTRATANTE: A EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH, FILIAL MATERNIDADE ESCOLA JANUÁRIO CICCO - MEJC, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ sob o nº 15.126.437/0013-87, situada na Av. Nilo Peçanha, nº 270, Petrópolis, CEP 59012-300, Natal/RN, neste ato representada pelo seu Superintendente Luiz Murillo Lopes de Britto, portador do RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], nomeado pela Portaria Nº 209, de 01/09/2017, publicada no Diário Oficial da União nº 170, de 04/09/2017, e por seu Gerente Administrativo, Dilson de Anchieta Rodrigues, brasileiro, portador do RG nº [REDACTED] e CPF nº [REDACTED], nomeado através da Portaria nº 296, publicada no Boletim de Serviço nº 41, de 02/06/2014, no uso das atribuições conferidas pela Portaria SEI nº 08, de 09 de janeiro de 2019, publicada no Boletim de serviços EBSERH nº 518.

CONTRATADA : CR OXIGÊNIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA, localizada à rua salgado, nº 53, galpão 3, bairro Getúlio Vargas, na cidade de Aracaju, no estado de Sergipe, CEP 49.055-610, inscrita no CNPJ nº 04.292.445/0001-43, neste ato representada por seu representante legal o Senhor Alexandre Barbosa de Miranda, portador da carteira de identidade nº [REDACTED], e do CPF nº [REDACTED].

Conforme **Processo nº 23528.003313/2019-04**, e de acordo com a **Licitação Eletrônica nº 07/2019**, Proposta Comercial apresentada, Termo de Referência, seus adendos e anexos, a CONTRATANTE e a CONTRATADA celebram o presente Contrato, nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, aprovado pela Resolução do Conselho de Administração nº 71/2018, de 28 de junho de 2018, dos normativos internos da Ebserh, da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e mediante as Cláusulas e condições estabelecidas a seguir.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de locação de central geradora de ar comprimido medicinal com compressor e central geradora de vácuo clínico, incluindo a instalação, conexão com a rede de dutos existentes, manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças dos equipamentos locados e eventual troca de equipamento(s), para atender as necessidades da Maternidade Escola Januário Cicco – MEJC, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, que serão prestados nas condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

1.2. Os serviços contratados correspondem àqueles previstos no Relatório presente no Anexo III do Edital.

1.3. Integram este Contrato, independente de sua transcrição, o Termo de Referência da Contratação, a Proposta da CONTRATADA e demais elementos constantes do referido processo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com início em 06/12/2019 e encerramento em 06/12/2020.

2.2. A vigência poderá ser prorrogada, por interesse das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.2.1. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.2. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do serviço;

2.2.3. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.2.4. Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Eventuais alterações ou prorrogações deverão ser firmadas dentro da vigência contratual.

2.5. O gestor/fiscal do Contrato deverá verificar, a cada 12 (doze) meses de prestação dos serviços, a manutenção da vantajosidade do Contrato por meio de pesquisa de preços públicos e de mercado na forma estabelecida pela Instrução Normativa da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) nº. 5, de 27 de junho de 2014.

2.5.1. A pesquisa deverá ser juntada aos autos do processo da contratação, acompanhada de declaração do gestor/fiscal de que os preços continuam vantajosos, devendo ser submetida à apreciação da área técnica competente da CONTRATANTE.

2.5.2. Caso seja constatado que os preços deixaram de ser vantajosos, deverá o gestor/fiscal do Contrato solicitar a abertura de processo para nova contratação e posterior encerramento do Contrato vigente.

2.6. A Administração não poderá prorrogar o Contrato quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

2.7. Quando convocado para a assinatura do contrato o ADJUDICATÁRIO deverá atender à convocação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência.

2.8. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo ADJUDICATÁRIO durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela MEJC.

2.9. Por ocasião da assinatura do Contrato, verificar-se-á por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e de outros meios se o LICITANTE vencedor se encontra em situação regular, ou seja, mantém as condições de habilitação

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. **O valor mensal da contratação é de R\$ 5.749,98 (cinco mil setecentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos), perfazendo o valor total global de R\$ 68.999,76 (sessenta e oito mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos).**

3.2. Apresentam-se abaixo, respectivamente, o quantitativo de serviços a serem executados pela CONTRATADA; assim como o seus valores mensais:

GRUPO I				
ITEM	DESCRIÇÃO	SERVIÇO	QTDE.	VLR MENSAL
1	LOCAÇÃO DE CENTRAL DE VÁCUO MEDICINAL CATSER 14788 -LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSUMO DE GASES PARA PRODUÇÃO DE VÁCUO MEDICINAL (MÓDULO DE VÁCUO), COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 120 M³/H	MÊS	12	R\$ 2.916,65
2	LOCAÇÃO DE CENTRAL DE SUPRIMENTO DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL CATSER 14788 - LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSUMO DE GASES PARA PRODUÇÃO AUTOMATIZADA DE SUPRIMENTO DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL, COM COMPRESSORES, PARA A PRODUÇÃO MÍNIMA DE 90M³/H DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL (MÓDULO DE AR	MÊS	12	R\$ 2.833,33

3.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

4.1.1. **Gestão/Unidade: 155015**

4.1.2. **Esfera: 2**

4.1.3. **Fonte: 6153000300**

4.1.4. **Programa de Trabalho: 109660**

4.1.5. **Natureza de Despesa: 339039**

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se **definidos no Edital (Item 18) e no Termo de Referência da Contratação (Item 13)**, Anexo I do Edital e parte integrante do Contrato.

5.2. Eventuais atrasos no pagamento deverão ser atualizados financeiramente, na forma do Edital e do Termo de Referência da Contratação.

5.3. O prazo de conferência e ateste da execução do objeto pela equipe de fiscalização não caracteriza, por si só, motivo para rescisão contratual.

5.4. Eventual dilação de prazo de pagamento deverá ter anuência da Contratada e registro em processo administrativo.

5.5. O pagamento mensal pela CONTRATANTE ocorrerá após a comprovação do pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS pela CONTRATADA relativas aos empregados que participam da execução dos serviços contratados, nos termos do item 12.2 deste Instrumento.

5.5.1. Na hipótese de não ser apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação esteja regularizada.

5.5.2. Na hipótese prevista no subitem acima, e em não havendo quitação das obrigações por parte da CONTRATADA, no prazo de até quinze dias, a CONTRATANTE poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da CONTRATADA que PARTICIPAM da execução dos serviços contratados, mediante Termo Circunstaciado desses fatos e Recibo assinado pelo empregado.

5.5.3. O sindicato representante da categoria do trabalhador deve ser notificado pela contratante para acompanhar o pagamento das verbas referidas nos subitens acima citados.

5.5.4. O pagamento das obrigações de que trata subitem 5.5.2, caso ocorra, não configura vínculo empregatício ou implica a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a CONTRATANTE e os empregados da CONTRATADA.

6. CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DA EXECUÇÃO

6.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes **no Item 8, do Termo de Referência da Contratação**, Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Decorridos 12 (doze) meses da data da assinatura do contrato, o valor do contrato poderá ser reajustado, contado a partir da data da apresentação da proposta, pela variação do Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro índice oficial que vier a substituí-lo.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. O reajuste não deve ser concedido de ofício, haja vista a necessidade de garantir a manifestação de concordância da CONTRATADA com todos os seus termos.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, as suas especificações técnicas, prazos e métodos são aqueles previstos nos **itens 10 (“Das Especificações Técnicas do Objeto da Contratação”) e 12 (“Da Aceitação ou Recusa do Objeto”)**, do **Termo de Referência**, Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

9. CLÁUSULA NONA - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

9.1. Conforme **item 11 , do Termo de Referência**, Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

10.1. Conforme **item 16 do Termo de Referência**, Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS - IMR

11.1. Conforme **item 18 do Termo de Referência e Adendo II**, ambos constantes do Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

12.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas, respectivamente, nos **itens 14 e 15, do Termo de Referência**, Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

12.2. Sem exclusão das obrigações previstas no Item 15 do Termo de Referência, a CONTRATADA deverá, nos termos de Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018:

12.2.1. Declarar, em ato próprio, que é de sua responsabilidade exclusiva a quitação dos encargos trabalhistas e sociais decorrentes do contrato;

12.2.2. Indicar preposto para representá-la na execução deste contrato;

12.2.3. Comprovar o pagamento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, todas correlatas aos empregados que participam da execução dos serviços contratados, em especial quanto:

12.2.3.1. ao pagamento de salário, adicionais, horas extras, repouso semanal remunerado e décimo terceiro salário;

12.2.3.2. à concessão de férias remuneradas e ao pagamento do respectivo adicional;

12.2.3.3. à concessão do auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;

12.2.3.4. aos depósitos do FGTS; e

12.2.3.5. ao pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato.

12.2.4. Apresentar o quantitativo de empregados vinculados à execução do objeto do contrato de prestação de serviços, a lista de identificação destes empregados e respectivos salários;

12.2.5. Apresentar o cumprimento das obrigações estabelecidas em acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato; e

12.2.6. Relatar os benefícios concedidos a seus empregados, como, por exemplo, o auxílio-transporte e o auxílio-alimentação, quando forem devidos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no **item 17, do Termo de Referência**, Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO

14.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 115 e 116 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, Anexo I do Edital, parte integrante do Contrato.

14.2. Além dos motivos dispostos no rol exemplificativo constante do normativo supracitado, também configuram motivos para a rescisão contratual:

14.2.1. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, respeitado ainda o disposto no art. 78 da Lei nº 13.303/2016; a associação da CONTRATADA com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial; bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas ou não autorizadas pela CONTRATANTE;

14.2.1.1. Mediante análise e aprovação da CONTRATANTE, poderá haver a substituição da CONTRATADA, em caso de fusão, cisão ou incorporação desta.

14.2.2. A dissolução da sociedade ou o falecimento da CONTRATADA;

14.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, desde que prejudique a execução do Contrato;

14.2.4. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença; e

14.2.5. A caução ou utilização, por parte da CONTRATADA, deste Contrato para qualquer operação financeira.

14.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados e registrados em processo administrativo, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

14.4. A rescisão por ato unilateral poderá acarretar as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:

14.4.1. Execução dos valores das multas e indenizações, para ressarcimento da CONTRATANTE;

14.4.2. Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE.

14.5. Dada a natureza do contrato, se uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a rescisão unilateral só poderá produzir efeitos depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos, ou desde que assegurada indenização dos prejuízos decorrentes.

14.6. Eventual rescisão unilateral do contrato deverá ser proposta com antecedência mínima de 90 (noventa) dias da data em que se pretende cessar a execução do objeto.

14.6.1. O abandono da execução contratual configura motivo para imediata rescisão unilateral.

14.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.7.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.7.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.7.3. Indenizações e multas.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 104 e seguintes do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh.

15.2. As alterações deverão ser precedidas de instrução processual em que deverão constar, no mínimo:

15.2.1. descrição do objeto do contrato com as suas especificações e do modo de execução;

15.2.2. descrição detalhada da proposta de alteração;

15.2.3. justificativa para a necessidade da alteração proposta e a referida hipótese legal;

15.2.4. detalhamento dos custos da alteração de forma a demonstrar que não extrapola os limites legais e que mantém a equação econômico-financeira do contrato;

15.2.5. concordância das partes, por escrito, em relação às alterações propostas.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ANTINEPOTISMO

16.1. É vedada à CONTRATADA a nomeação ou qualquer outra forma de pactuação para prestação de serviços de pessoas que apresentem relação de parentesco com agente público exercente de cargo em comissão ou função de confiança ligado a EBSEH, nos termos do que estabelece o art. 7º, do Decreto nº 7.203/10.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ANTICORRUPÇÃO

17.1. Para a execução deste Contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste Contrato, ou de outra forma que não relacionada a este Contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos entre as partes, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - PUBLICAÇÃO

19.1. Em atenção ao princípio da publicidade, incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

20.1.1. a CONTRATANTE, para atender às necessidades do serviço, poderá, a seu exclusivo critério, alterar, definitiva ou provisoriamente, o cronograma da prestação dos serviços, mediante prévia comunicação à CONTRATADA;

20.1.2. é vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

20.1.3. a CONTRATADA está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

20.2. A administração pública não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de:

20.2.1. pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou nos resultados da empresa contratada;

20.2.2. matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários; e

20.2.3. preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

20.3. Este instrumento contratual foi confeccionado segundo a Minuta de Contrato de Serviços Continuados SEM mão de obra Exclusiva disponível no site da EBSERH <
http://ebserh.gov.br/web/portal-ebserh/contratos/-/asset_publisher/ayE5aPSIAab6/content/id/3736037/2018-12-minutas-padrao-de-contrato>.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - FORO

21.1. As questões decorrentes da execução deste Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, com exclusão de qualquer outro.

21.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por 2 (duas) testemunhas.

(assinado eletronicamente)

CONTRATANTE

Luiz Murillo Lopes de Britto

Superintendente/MEJC

(assinado eletronicamente)

CONTRATANTE

Dilson de Anchieta Rodrigues

Gerente Administrativo/MEJC

(assinado eletronicamente)

TESTEMUNHAS

Marília Albuquerque Silva de Medeiros

Analista Administrativo em administração/ MEJC

Ana Clévia Ribeiro de Sousa

Assistente Administrativo/ MEJC

(assinado eletronicamente)

Alexandre Barbosa de Miranda

(CONTRATADA)



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRE BARBOSA DE MIRANDA, Usuário Externo**, em 04/12/2019, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dilson de Anchieta Rodrigues, Gerente**, em 04/12/2019, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Murillo Lopes de Britto, Superintendente**, em 05/12/2019, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marilia Albuquerque Silva de Medeiros, Analista Administrativo**, em 05/12/2019, às 10:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clevia Ribeiro de Sousa, Assistente Administrativo**, em 05/12/2019, às 10:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4028289** e o código CRC **95130C3E**.

Referência: Processo nº 23528.015086/2019-40 SEI nº 4028289